

Bolsa de Emprego | Maio de 2017

Nome: Catarina Pinto Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	Licenciatura em Marketing Gestora de Projecto, Auxiliar de Serviços Gerais, Recepcionista, Administrativa	Nome: Cláudia Maria Barros Castanheira Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	9ºano Pastelaria, Limpezas, Atendimento ao balcão, Reposição, Produção cerâmica
Nome: Joel Martins Santos Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	CET – Nível 5 - Cuidados Veterinários Estágio Emprego	Nome: Mónica Isabel Nunes Martins Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	9ºano Metalúrgica, Linha de montagem, embalagem
Nome: Sílvia da Conceição Santos Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	6ºano Apoio ao Infância	Nome: Abdullo Oblokulov Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	12ºano Condutor de autocarros
Nome: Marisa Daniela Rodrigues Engenheiro Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	Licenciatura em Serviço Social 1º Emprego	Nome: Carla Maria Vinagre Marques Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	3ºano Limpezas, Jardim, Coveira, Produção
Nome: Carla Sofia da Costa Dias Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	9ºano Limpezas, Empregada de balcão e mesa, Ajudante de cozinha	Nome: Diana Catarina da Fonseca Ramos Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	12ºano Assistente Dentária
Nome: Ana Raquel Midões Fernandes Montezinho Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	Licenciatura em Serviço Social Directora Técnica, Administrativa, Cozinheira, Auxiliar de Acção Directa, Repositora em Supermercado	Nome: Jaime Fernandes de Almeida Seabra Habilitações Literárias: Experiência Profissional:	5ºano Servente, Empregado de mesa, Pintor, Agricultura

Nota: Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional. **Contactos:** 231 516 761 | gip@acib.pt

A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:

Fotocópias | fax | Internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

Sede:
Espaço Inovação - Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

Delegação:
Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T: 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Maio de 2017



ACIB | Workshops e Formação Profissional da ACIB para Maio e Junho

A ACIB vai promover vários seminários e acções de formação durante os meses de Maio e Junho, que irão decorrer tanto na sede da Associação, em Oliveira do Bairro, como na delegação, em Anadia.

Seminários	Data	Local
- Ciclo de Workshops Outlook - Gestão Eficaz da Comunicação, Contactos e Tempo	05/05	O. Bairro
- Planeamento de actividades e gestão do tempo utilizando o Outlook	04/05	O. Bairro
- Ferramenta 5S	11/05	O. Bairro
- Aspectos relevantes na cessação do contrato de trabalho	02/06	Anadia
- I Congresso Empresarial da Bairrada - Bairrada como Potencial Económico – Uma Marca e uma Região que se desafia a si própria	27/06	O. Bairro
- Riscos na Exportação – Identificar e Mitigar		
Formação Profissional		
- Representante do empregador, empregador ou trabalhador designado para o desempenho de actividades de segurança e saúde no trabalho	05/05	O. Bairro
- Manipuladores de Carnes - Renovação	08/05	Anadia
- Manipuladores de Carnes - Iniciação	22/05	Anadia
- Os Sistemas de Gestão e a ISO 9001:2015 - Preparar a Transição		O. Bairro
Formação Profissional Online		
- O essencial do Balanced Scorecard	16/05	

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).

Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB através do telefone 234 730 320 ou via o e-mail: acib@acib.pt //

Oliveira do Bairro Fashion

AACIB, em parceria com a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, vai promover mais uma edição do Oliveira do Bairro Fashion, a 26 de Maio, pelas 21h30, no evento VIVA As Associações, que decorrerá no Espaço Inovação.

Venha conhecer as propostas do comércio local de Oliveira do Bairro para a estação que se aproxima //

Comerciantes isentos de imposto de selo em comissões por transações pagas com cartões bancários

AACIB informa que foi aprovado um diploma que clarifica que o encargo com imposto de selo sobre comissões cobradas por transações pagas com cartões bancários recai sobre a instituição financeira e não sobre os comerciantes.

Esta “clarificação” agora introduzida no Código de Imposto de Selo resultou do facto de ter chegado ao conhecimento do parlamento que operadores de pagamento estavam a fazer repercutir o encargo do imposto de selo sobre os comerciantes.

De acordo com o diploma, o imposto de selo é devido pela entidade que cobra as taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões, pelo que será sempre devido pela respectiva instituição financeira. //

Subsídio de férias | Quando se recebe?

O subsídio de férias corresponde ao salário base do trabalhador e outras prestações retributivas que sejam contrapartida do modo específico da execução do trabalho, correspondentes à duração mínima das férias.

Subsídio de Férias: quanto se recebe em 2017

Regra geral, todos os trabalhadores têm direito a um período de férias que perfaz 22 dias úteis (cfr. art. 238.º Código de Trabalho).

O trabalhador pode reduzir o período de férias?

Sim, a redução do período de férias por opção do trabalhador relacionada com a compensação de faltas sem retribuição não implica redução do subsídio de férias.

Subsídio de férias: quando se recebe este ano?

O subsídio de férias pode ser também pago em duas partes: metade antes do início das férias e a metade em duodécimos ao longo do ano.

Os trabalhadores em regime de trabalho temporário têm direito?

Quanto aos contratos de trabalho a termo e aos contratos de trabalho temporário, o pagamento fraccionado do subsídio de Natal e de férias depende da existência de acordo escrito entre as partes. No caso de gozo interpolado de férias, os 50% que deveriam ser pagos antes do início do período de férias devem ser pagos, proporcionalmente, antes do gozo de cada período de férias que o trabalhador deseje tirar.//

Avaliação de riscos em micro e pequenas empresas | Ferramentas disponibilizadas pela ACT

A ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho acaba de proceder a divulgação do OiRA – (Online Interactive Risk Assessment - Instrumento Interativo em linha de avaliação de riscos) que permite a criação de ferramentas sectoriais de avaliação de riscos, de forma fácil e normalizada.

O referido instrumento é desenvolvido e mantido pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho.

O projeto OiRA foi desenvolvido para a correcta avaliação de riscos considerando-se a chave para locais de trabalho saudáveis. O OiRA é a primeira iniciativa a nível europeu para incentivar as PME's europeias a avaliarem os seus riscos, atendendo a que elas podem não dispor de recursos ou de

conhecimentos em matéria de segurança e saúde no trabalho para realizarem tais avaliações de forma eficaz.

Um dos objectivos do projecto OiRA é reduzir o número de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, ao melhorar as condições de trabalho através da promoção da utilização da ferramenta para avaliar os riscos profissionais.

O relatório final da avaliação de riscos deverá ser assinado pelo técnico ou técnico superior de segurança do trabalho, ou pelo empregador ou trabalhador designado (estabelecimentos ou conjunto de estabelecimentos distanciados até 50km do de maior dimensão, que empregam no máximo 9 trabalhadores).

Os instrumentos de avaliação de riscos permitem assegurar o

cumprimento da lei, contudo, não dispensam a sua integração na avaliação de riscos global, sempre que outros riscos sejam identificados e que não constem das ferramentas.

Estas ferramentas não são obrigatórias, sendo apenas um instrumento de avaliação de riscos opcional.

As PME's podem utilizar estas ferramentas na realização de avaliações de riscos, ajudando-as a produzir uma avaliação documentada e adequada às suas necessidades.

A transferência das ferramentas é gratuita podendo ser acedidas, no site da ACT em: [//">http://www.act.gov.pt.//](http://www.act.gov.pt)

Apoios à Contratação | Alterações nos Estágios Profissionais e na redução da TSU

A ACIB informa que foram aprovadas novas regras para os Estágios Profissionais e para a redução da TSU.

Estágios Profissionais

Nos Estágios Profissionais a principal novidade é o prémio concedido às empresas que ofereçam contratos de trabalho sem termo aos estagiários no final do estágio.

Esse prémio será atribuído às empresas que coloquem nos quadros os respectivos estagiários num prazo máximo de 20 dias úteis a contar da data de conclusão do estágio, e o prémio será equivalente a duas vezes a retribuição base mensal nele prevista, com um limite de cinco vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS). O que significa que o prémio a atribuir às empresas pode ir até 2.106,60€.

Este prémio só é pago se o contrato de trabalho se mantiver em vigor durante pelo menos um ano, sendo pago só no 13.º mês após a assinatura do contrato. Este valor pode ser majorado em 631,98€ (até aos 2.738€) caso o posto de trabalho seja atribuído ao género que estiver sub-representado na empresa.

Os estagiários com o 9º ano já não poderão aceder aos estágios profissionais, passando a ser encaminhados para formação. Só desempregados há mais de 12 meses com 30 anos ou mais de idade é que poderão aceder aos estágios tendo como qualificação o nono ano (terceiro ciclo do Ensino Básico) – embora quem tiver entre 30 e 45 anos e o 9º ano tenha de estar inscrito num Centro Qualifica.

Ao contrário do que sucede actualmente, vão passar a existir períodos de abertura e encerramento de candidaturas aos estágios profissionais, a realizar anualmente, definidos pelo IEFP.

A duração dos estágios manter-se-á nos nove meses, tal como agora; as bolsas de estágio vão manter os mesmos valores, sendo aumentadas para os estagiários com mestrado ou doutoramento; e vai existir um limite ao número de estágios por empresa.

Os apoios aos estagiários mantêm-se similares aos actuais: 505,58€ para quem concluiu o ensino secundário (nível 3), 547,71€ para quem concluiu o ensino secundário através de dupla certificação (nível 4), 589,85€ para quem tiver uma qualificação de nível pós-secundária (nível 5) e 695,18€ mensais para quem é licenciado (nível 6). Já os detentores de mestrado (nível 7) vão passar a auferir 716,24€ e quem for doutorado (nível 8) passará a auferir 737,31€ – actualmente, estes dois níveis auferem o mesmo que a licenciatura.

A comparticipação do IEFP continuará a ser de 80% na primeira candidatura de empresas com menos de 10 trabalhadores ou em empresas privadas sem fins lucrativos. Nos restantes casos, a comparticipação do IEFP será de 65€. O pagamento destes apoios passará a ser feito em três prestações: 30% será adiantado quando o estágio se inicia, até 30% a partir do mês seguinte a ser atingido um terço da duração total aprovada do projeto de estágio e o restante aquando do encerramento de contas.

É também reforçada a monitorização e avaliação dos estágios, sendo criada uma linha de comunicação directa com o IEFP, o preenchimento de um inquérito na internet a cada três meses e visitas ao local de estágio.

Redução da TSU

Contratar, sem termo, jovens ou desempregados há mais de 12 meses dará direito a uma redução de 50% na TSU. Actualmente, o regime em vigor permite isenção total, opção que ficará limitada a desempregados de muito longa duração.

No caso de jovens, a dispensa vigora por cinco anos, sendo reduzida para três anos quando estão em causa desempregados há mais de 12 meses.

Actualmente, o regime em vigor permite que as empresas fiquem totalmente isentas de contribuições por um período de três anos em ambos os casos. E não se restringe à contratação sem termo.

No novo regime, só a contratação de desempregados de muito longa duração com mais de 45 anos dará o direito a isenção de descontos, que também poderá durar três anos.//